VISÕES SOBRE OS RESULTADOS DA COP 16 DA CDB

LEONARDO MUNHOZ[1], RODRIGO C. A. LIMA[2]

Primeira reunião da CDB depois da aprovação do Marco Global da Biodiversidade, a COP 16 ocorreu entre o fim de outubro e o início de novembro últimos, em Cáli, na Colômbia. Este artigo discute o financiamento das partes na implementação das metas do Marco, a agenda conjunta de biodiversidade e clima e as negociações sobre o uso de sequências genéticas digitais (DSI). Mesmo com o destaque da ligação inédita feita entre biodiversidade e clima no evento, a falta de consenso sobre vários aspectos do mecanismo criado para lidar com os benefícios pelo uso de DSI sobressaiu. Além disso, ficou em aberto uma decisão sobre financiamento, dada a relutância dos países desenvolvidos em criar um fundo específico para biodiversidade.

ENTRE 27 de outubro e 2 de novembro últimos, reuniram-se em Cáli, na Colômbia, as partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), na 16ª Conferência das Partes (COP 16, na sigla em inglês).

Essa Conferência é a primeira reunião da CDB após a aprovação do Marco Global da Biodiversidade de Kunming-Montreal, que ocorreu na COP 15, em 2022. Ele é integrado por 23 metas de biodiversidade voltadas para fomentar o alcance dos seus objetivos, tendo o setor privado um papel central.

Conservar vegetação nativa, promover restauração, recuperar áreas degradadas, evitar poluição, mapear e apoiar a conservação das espécies – principalmente, espécies ameaçadas –, promover o uso de recursos genéticos como forma de valorizar a biodiversidade e repartir benefícios, fomentar a conectividade de áreas favorecendo a biodiversidade, avaliar e gerir riscos da biotecnologia e de novas tecnologias são ações que vinculam o setor privado aos esforços para implementar o Marco Global da Biodiversidade.

Nesse contexto, abordaremos quais foram os resultados da COP 16 quanto ao financiamento para apoiar as partes na implementação de suas metas, a agenda de biodiversidade e mudanças do clima, bem como o resultado das negociações sobre repartição de benefícios oriundos do uso de sequências genéticas digitais.

MECANISMO DE REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS POR DSI

O uso de sequências genéticas digitais (DSI, na sigla em inglês), proporcionado pela capacidade tecnológica de sequenciar recursos genéticos e tornar essas informações disponíveis em simulações computacionais, torna-se cada vez mais relevante no contexto de pesquisa e inovação. A agenda de DSI foi criada, recentemente, na CDB como uma ramificação do tema de biologia sintética, que, em vários casos, usa sequências genéticas nos processos de inovação.

Na COP 15, em Montreal, as partes aprovaram o chamado Mecanismo Multilateral de Repartição de Benefícios (MLM, na sigla em inglês), definindo um processo de negociações para acordar os elementos do mecanismo. Essa decisão amplia o escopo de setores potencialmente elegíveis para repartir benefícios, visto que se trata do uso de sequências independentemente da origem do país e dos recursos genéticos que as originaram.

A decisão da COP 16 sobre o MLM foi adotada nos últimos momentos da Conferência, com base em negociações de alto nível ministerial. É importante pontuar que, até os momentos finais da COP 16, as partes não chegaram a um consenso sobre vários aspectos para o mecanismo, especialmente se a repartição de benefícios seria baseada no uso de DSI para gerar produtos inovadores ou se o enfoque seria em setores que usam DSI em suas cadeias de inovação.

A decisão do MLM aprovou os elementos-base para o mecanismo de repartição de benefícios, muito embora vários aspectos devem continuar sendo definidos nos próximos dois anos. Vale destacar que a repartição de benefícios pelo uso de DSI será voluntária, abrangendo setores de fármacos, nutracêuticos, cosméticos, biotecnologia, melhoramentos de plantas e sementes, equipamentos de laboratório, serviços de informação, científicos e técnicos relacionados a informações de sequência digital sobre recursos genéticos, incluindo inteligência artificial, que deverão repartir 1% do lucro ou 0,1% da receita.

A decisão cria o Fundo de Cáli, que receberá os recursos a serem disponibilizados e prevê a realização de estudos, incluindo um voltado à avaliação de medidas alternativas para tratar do tema. Isso significa que, até a COP 17, em 2026, na Armênia, haverá uma intensa negociação para implementar o mecanismo, considerando, ainda, como definir a elegibilidade dos setores e das empresas.

"O uso de sequências genéticas digitais (...), proporcionado pela capacidade tecnológica de sequenciar recursos genéticos e tornar essas informações disponíveis em simulações computacionais, torna-se cada vez mais relevante no contexto de pesquisa e inovação."

A decisão gera incertezas quanto à aplicabilidade prática do mecanismo. Países que tenham regras envolvendo DSI deverão alinhá-las ao MLM. As definições sobre como alocar os recursos também deverão ser feitas com base no trabalho de um grupo temporário.

Apesar da decisão sobre como repartir benefícios pelo uso de DSI, é válido notar que vários detalhes sobre como e quanto as empresas deverão repartir ou se serão isentas dessa obrigação precisarão ser definidos.

É válido destacar que setores que usam DSI terão obrigações de repartir benefícios, o que sugere a importância de monitorar as negociações, os estudos que serão feitos e as reuniões da CDB sobre o MLM nos próximos dois anos.

BIODIVERSIDADE E CLIMA

Outro ponto relevante da COP 16 foi a decisão específica que destacou o elo da preservação da biodiversidade como uma forma de auxílio ao combate das mudanças climáticas. Tendo em vista os dados apresentados no Sexto Relatório de Avaliação (AR6) do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC, na sigla em inglês), a COP 16 trabalhou para que haja maiores incentivo e colaboração entre a Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES, também em inglês) e o IPCC.

Com isso, pela primeira vez no âmbito da CDB, fica evidente a ligação entre biodiversidade e clima, o que se explicita quando se observa o Marco Global da Biodiversidade e a relevância de metas que mesclam objetivos de conservação e de uso sustentável da biodiversidade com ações relevantes voltadas para atingir objetivos climáticos.

Há uma relação intrínseca entre as metas 11 e 18 do Marco Global ao estabelecer o objetivo de minimizar o impacto das mudanças climáticas e da acidificação dos oceanos sobre a biodiversidade e aumentar a sua resiliência por meio de ações de mitigação, adaptação e redução do risco de desastres, incluindo soluções baseadas na natureza e/ou abordagens baseadas em ecossistemas, ao mesmo tempo em que se minimizam os impactos negativos e se promovem os impactos positivos das ações climáticas sobre a biodiversidade.

Nessa mesma lógica, o Marco Global propõe, na sua meta 2, restaurar pelo menos 30% da biodiversidade degradada em áreas terrestres, marítimas e costeiras. Na meta 19, estabelece mobilizar pelo menos US$ 200 bilhões por ano até 2030, visando financiar projetos e ações voltados para fomentar a implementação do Marco Global.

Na COP 16, a decisão de biodiversidade e clima ressalta a importância das sinergias entre as ações desses temas e da necessidade de se evitar impactos que gerem perda de biodiversidade e emissões de gases do efeito estufa (GEE). Na prática, essas sinergias exigem maximizar a conservação e a restauração da vegetação nativa, coibindo o desmatamento de novas áreas

DIVULGAÇÃO



independentemente da conversão legal permitida pelo Código Florestal. A perda de biodiversidade e as emissões de GEE decorrem da conversão de vegetação, mesmo que a lei permita.

A forma com que o setor privado pode contribuir para reforçar ações que favoreçam as sinergias entre clima e biodiversidade tem relação direta com o uso da terra, a adoção de tecnologias que fortaleçam a produção sustentável, a recuperação de áreas degradadas e o estrito controle do desmatamento nas cadeias produtivas.

FINANCIAMENTO PARA BIODIVERSIDADE

Considerando essa relação intrínseca entre as agendas de biodiversidade e clima, torna-se essencial compreender de que forma os meios de implementação, ou financiamento, evoluem na CDB e, também, na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (UNFCCC, na sigla em inglês). Tanto na COP 16 da CDB, como na COP 29 da UNFCCC, o tema de financiamento ganhou uma extrema importância, especialmente considerando o papel do financiamento de países desenvolvidos.

Na COP 15 da CDB, em 2022, foi estabelecido o Global Biodiversity Framework Fund, no contexto da Global Environment Facility (GEF), visando alcançar ao menos US$ 200 bilhões de doações de países desenvolvidos. A lógica de fortalecer o financiamento é uma condição necessária para permitir apoiar os países na implementação do Marco Global.

No entanto, não foi possível aprovar a decisão sobre financiamento na COP 16, especialmente pela relutância dos países desenvolvidos em criar um fundo específico para biodiversidade, fora do GEF, bem como em contribuir para o novo fundo.

Sem a decisão de financiamento, cria-se um hiato que prejudica o apoio às partes na implementação do Marco Global da Biodiversidade, bem como na estruturação mais ampla de financiamento na CDB.

A falta de decisão criou um precedente preocupante, pois interrompe o encerramento formal da COP 16 até que as partes definam de que forma voltarão a se reunir para fechar a decisão de financiamento e de outros temas que também não foram finalizados.

O vácuo criado quanto ao financiamento reflete uma crise do multilateralismo e uma postura cada vez mais dura dos países desenvolvidos no sentido de criarem exigências ambientais e não cumprirem seu papel de financiamento.

A decisão de financiamento da COP 29 da UNFCCC, por sua vez, acordou ampliar a meta de financiamento para US$ 1,3 trilhão por ano, incluindo recursos de doação de países desenvolvidos, mas, sobretudo, diversificando as fontes de recursos para envolver recursos de bancos multilaterais, bancos privados, políticas públicas, recursos filantrópicos, entre outros. Entretanto, o valor final acordado foi de somente US$ 300 bilhões por ano – bem abaixo do solicitado.

A agropecuária sustentável pode beneficiar-se de um financiamento com atributos de clima e de biodiversidade. Na prática, torna-se essencial conectar modelos de financiamento público e privado para potencializar a recuperação de pastagens degradadas, a restauração de florestas, a adoção de sistemas integrados, a implementação de tecnologias que permitam fomentar a adaptação dos sistemas produtivos, alinhando resultados de clima e biodiversidade atrelados à produção.

Diferente do que ocorreu na COP 29 da UNFCCC – o estabelecimento de um fundo para doação dos países desenvolvidos –, o vácuo de decisão sobre o financiamento na COP 16 da CDB reflete uma postura desses países de criar exigências ambientais e não cumprir com seu financiamento.

Não é válido esperar que um financiamento formal no âmbito da CDB e da UNFCCC se dirija para projetos diretamente ligados ao setor privado. Será essencial, cada vez mais, vincular a projetos de financiamento atributos climáticos e de biodiversidade que diferenciem a produção seguindo elevados padrões de produção. ■

ORIGENS DA CDB

A CDB foi aprovada na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio-92) como um tratado internacional voltado para fortalecer a preservação da biodiversidade. A Convenção possui três objetivos básicos: a conservação da biodiversidade, o seu uso sustentável e a repartição justa dos seus benefícios. Para isso, a CDB desdobra-se em três protocolos específicos: o Protocolo de Cartagena, focando em biotecnologia; o Protocolo Suplementar de Nagoia-Kuala Lumpur, para a reparação dos danos ocasionados pela movimentação transfronteiriça de organismos vivos modificados; e o Protocolo de Nagoia, que endereça a repartição justa dos benefícios oriundos do acesso de recursos genéticos e dos conhecimentos tradicionais associados.

1 Pesquisador do Observatório de Conhecimento e Inovação em Bioeconomia da Fundação Getulio Vargas (OCBio/FGV)
2 Sócio-diretor da Agroicone